

27 MAI 1982

sen Sarney deverá receber ESTADO DE SÃO PAULO sugestões de comissão

Da sucursal de
BRASÍLIA

Numa decisão considerada "saída honrosa" pelo deputado Célio Borja (PDS-RJ), a comissão do PDS encarregada de estudar o restabelecimento das prerrogativas do Congresso resolveu, ontem, encaminhar as sugestões de seus integrantes ao presidente do partido, José Sarney, para serem entregues ao relator do "pacotão" do governo, deputado Jairo Magalhães (PDS-MG). O trabalho da comissão, segundo o deputado, foi atropelado pelo envio do projeto do Executivo ao Congresso, sem nenhuma consulta aos seus membros, e trata das prerrogativas de forma bastante timida.

Participaram da reunião o presidente da Câmara, Nélson Marchezan, os ex-presidentes da Câmara, Flávio Marcílio e Célio Borja, o presidente da comissão, deputado Homero Santos e os senadores Luiz Vianna Filho, Helvídio Nunes e Aderbal Jurema. Como sugestão, Flávio Marcílio apresentou uma subemenda ao "pacotão", restabelecendo prerrogativas bem mais amplas do que a iniciativa oficial e que ontem mesmo foi encaminhada à secretaria da comissão mista que examina a matéria.

O deputado Célio Borja, que subscreveu a emenda de Flávio Marcílio, mas discordou de dois de seus itens, encaminhou duas emendas aos artigos 51, parágrafo terceiro, e 55 da Constituição, propondo nova fórmula para o decurso de prazo, mediante a qual as matérias não votadas no prazo normal

de 45, e nem nas cinco sessões consecutivas previstas no "pacotão", seriam deliberadas com qualquer número pelo voto da maioria dos presentes. A outra emenda elimina a possibilidade de o presidente da República legislar por meio de decretos-lei sobre normas tributárias, criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

Segundo explicou o parlamentar, a fórmula de Flávio Marcílio para extinguir o decurso de prazo não terá nenhum resultado, por permitir que projetos do Executivo sejam transformadas em lei após esse período sem deliberação, embora fixando que, se posteriormente fossem rejeitadas pelo Congresso, as leis seriam revogadas mantidos os atos praticados durante sua vigência.

Considerando-a cópia do modelo alemão, Célio Borja foi contra a iniciativa explicando que, como sua rejeição sempre dependerá da maioria governista, na prática, a lei aprovada sem ser por meio do voto, ficará "eternamente" em vigência. Já o senador Luis Vianna, relator da comissão, encaminhou seu relatório sobre a matéria, divulgado no início do ano e que mantém a figura do decurso de prazo.

Ao final da reunião, o deputado Homero Santos considerou encerrado o trabalho da comissão, que a partir de agora lutaría pela aprovação da proposta que devolve as prerrogativas ao Legislativo. Depois do encontro, o deputado Célio Borja admitiu que a forma com que o governo incluiu o tema no seu projeto, sem nenhum entendimento com a comissão, "foi uma falta de apreço pelo grupo".